

# Presidentes de partidos firmam hoje pacto anticrise econômica

Telefoto de Luiz Antônio

**BRASÍLIA** — Os Presidentes dos principais partidos representados no Congresso Nacional assinarão hoje, às 15h, o pacto de combate à inflação. As propostas serão entregues ao Presidente Sarney e visam a garantir a transição política até a posse do futuro Presidente, em 15 de março de 1990. Os 30 pontos do documento, dividido em oito itens, propõem, entre outras coisas, a suspensão dos pagamentos da dívida externa, o corte dos gastos públicos e a redução da remessa de lucros. Segundo o Líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), serão convocados todos os partidos para o ato — inclusive o PT, o PDT e o PC do B, que não participaram das negociações.

As propostas para a área externa são consideradas as de maior impacto, pois darão respaldo político para que o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, cumpra a promessa de somente pagar aos bancos privados neste ano se o FMI liberar as parcelas dos empréstimos acertados com o Governo. A rodada decisiva de negociações sobre esse assunto acontecerá em setembro, quando Mailson participará da Assembléia Anual do Fundo, em Washington.

Ainda na área externa, os parlamentares sugerem que o Governo facilite as importações de máquinas e equipamentos para permitir a modernização industrial e que evite o aumento na emissão de cruzados necessária para trocar pelos dólares



O Senador Nelson Carneiro (em pé) preside a reunião suprapartidária

acumulados com a suspensão do pagamento da dívida externa.

Na área interna, a medida de impacto mais forte é a instauração do regime de caixa no Tesouro, ou seja, o Governo só gastará o que arrecadar. Atualmente, apesar das promessas do Ministro da Fazenda, isso não ocorre, segundo parlamentares.

Para obter consenso entre os negociadores, foi necessário manter apenas sugestões genéricas.

O detalhamento de cada ponto virá com as medidas efetivas que forem determinadas pelo Executivo. Os pontos do acordo suprapartidário têm validade até 15 de março de 1990.

## Política salarial recebe apoio total

As principais propostas do pacto são:

**Ajuste fiscal** — O Tesouro deve gastar somente o que receber.

**Ajuste monetário** — Utilizar meios de contenção do crédito.

**Política salarial** — Manutenção do poder de compra do trabalhador e apoio à atual política salarial, mas defendendo ajustes se os índices da inflação subirem muito.

**Política de preços** — Controle mais efetivo dos oligopólios e liberação nos setores onde há concorrência.

**Estatais** — Recomposição gradual das tarifas até março de 1990.

**Ajuste externo** — Controle das remessas abusivas de lucros e dividendos, por parte das multinacionais; punição para as empresas que remetem dólares indiretamente; e suspensão dos pagamentos da dívida externa até que se consiga um acordo justo com os credores.

**Papel do Congresso** — Os Líderes partidários se comprometem a aprovar todas as medidas do Executivo referentes aos ajustes do pacto.

**Execução do programa** — Os Ministros da área econômica irão periodicamente ao Congresso para esclarecer sobre o andamento do programa.